



# O Ideário Patrimonial О идеарио

Na Rota dos Mosteiros  
Património da Humanidade (e  
outros Patrimónios)



O Ideário  
**Patrimonial**  
О идеарио

[www.cta.ipt.pt](http://www.cta.ipt.pt)

N. 07 // dezembro 2016 // Instituto Politécnico de Tomar

**PROPRIETÁRIO**

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

**EDITORA**

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

**DIRECTORES-ADJUNTOS**

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar  
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar  
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

**CONSELHO CIENTÍFICO**

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro  
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora  
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil  
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova  
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal  
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

**DESIGN GRÁFICO**

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

**EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO**

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

**PERIODICIDADE**

Semestral

ISSN 2183-1394

**ANOTADA DA ERC  
REGISTADA NA INPI**

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores



# Índice

<b>EDITORIAL</b> .....	04
<b>Introdução. O Mosteiro da Batalha e o(s) seu(s) Território(s)</b> Joaquim Ruivo .....	06
<b>Do Património Natural aos Patrimónios Culturais – a Singularidade do Cársico Estremenho</b> Nuno Carvalho e Mário Oliveira .....	13
<b>A Âncora de um Imenso Navio</b> António Jorge Figueiredo .....	25
<b>Património Industrial dos Antigos Coutos de Alcobaça</b> António Maduro .....	44
<b>Os Administradores da Fábrica do Juncal e a Real Casa da Nazaré</b> Maria Filomena Costa Coelho da Silva Martins .....	57
<b>Mosaico</b> .....	66
<b>Caixa Geral de Depósitos. Os Depósitos Públicos e o aparecimento da Junta do Crédito Público</b> Joaquim Pombo Gonçalves e Helena Real Gomes .....	67
<b>Territórios Culturais: Sagrado e Profano na Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro e suas relações com a Cidade, o Turismo e o Patrimônio Cultural</b> Elis Regina Barbosa Angelo .....	78
<b>Paisagem Cultural: Caminhos e Possibilidades da Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar</b> Lauro César Figueiredo e Marta Rosa Borin .....	103
<b>Rio de Janeiro – Lisboa, um Programa de Estudos sobre Imagética: 10 anos de cooperação pedagógica e científica entre Universidades</b> Maria Leonor García da Cruz .....	114

## EDITORIAL



## Editorial

Este número de Dezembro surge dividido em duas partes.

A primeira parte consta dos artigos produzidos depois das apresentações que tiveram lugar no III Fórum cuja temática versava sobre Patrimónios.

O III Fórum “Património Natural, Etnográfico e Arqueológico. Na rota dos Mosteiros Património da Humanidade – Alcobaça, Batalha e Tomar: outros patrimónios a salvaguardar” é organizado pelo Instituto Politécnico de Tomar, a Câmara Municipal da Batalha, o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e o Convento de Cristo (Tomar), com o objetivo trazer a lume património natural, etnográfico e arqueológico que gravita na órbita do grande eixo de Património da Humanidade definido pelos mosteiros de Alcobaça e Batalha e pelo Convento de Cristo, em Tomar.

A relevância destes três monumentos transporta virtudes e também algumas dificuldades acrescidas no processo de estudo e valorização de “outros patrimónios”. De facto, a sua projeção internacional constitui uma garantia de um permanente interesse pela região, desde logo, em termos científicos, mas também numa perspetiva mais abrangente de fruição cultural. No entanto, também existe uma perceção de que a presença destas fortes marcas patrimoniais pode, se não devidamente tido em conta, absorver uma atenção, de alguma forma, propícia a um diminuto investimento em patrimónios relacionados entre si e que explicam, em boa parte, aqueles monumentos. Estes “outros patrimónios” representam, de resto, um manancial de valorização territorial suscetível de ser evidenciado de forma acrescida.

Como sucedeu nas edições precedentes, este fórum pretende abrir um espaço a estudos de investigadores de diversas áreas e cujos resultados e reflexões se pretende dar a conhecer, no interesse das comunidades que diariamente convivem com as suas paisagens, identidade e memórias e, neste caso, contribuir para potenciar, com utilidade recíproca, as valências de um eixo patrimonial de projeção inestimável.

A segunda parte consta de artigos enviados para publicação na Ideário como o artigo acerca do primórdios da CGD, e sobre tradições, costumes e ambientes de discussão teóricos vindo do outro lado do Atlântico (Brasil).

O conteúdo deste número é concerteza um convite a entrar no mundo da Ideário.

# A ÂNCORA DE UM IMENSO NAVIO

## THE ANCHOR OF AN IMMEASURABLE SHIP

António Jorge Figueiredo

Município de Alcobaça, Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e  
Património Arquitectónico;  
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, CITCEM –  
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR CULTURA, ESPAÇO e MEMÓRIA  
(investigador-colaborador).  
Travessa da Presa, 40, Rio Alcaide, 2480-170 Porto de Mós, Portugal;  
[Waza5570@gmail.com](mailto:Waza5570@gmail.com)



# A Âncora de um Imenso Navio

## The Anchor of an Immeasurable Ship

António Jorge Figueiredo

### Historial do artigo:

Recebido a 09 de dezembro de 2016

Revisto a 15 de dezembro de 2016

Aceite a 19 de dezembro de 2016

### RESUMO

O mosteiro de Santa Maria de Alcobaça é a expressão física e histórica mais forte de um território que, genericamente, identificamos com o concelho de Alcobaça. No entanto, nessa faixa territorial entre o Maciço Calcário Estremenho e o Oceano Atlântico, o homem deixou um conjunto perene de marcas, quase todo por explorar, do ponto de vista científico e, subsequentemente, em termos de valorização cultural.

Entre estas marcas do homem, evidenciam-se as realizações de Cister, na paisagem agrária e nas expressões da religiosidade. Mas, discretos, subjazem vestígios, neste caso, do universo da arqueologia, que teimam em não se revelar. Recorrendo a alguns exemplos de trabalhos e de contextos históricos, essencialmente de acompanhamentos de obras, pretende-se sublinhar duas questões fundamentais. Por um lado, a importância e a dimensão, do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça não podem ser entendidas sem um aprofundado entendimento daquilo que foi a exploração do território envolvente e que, neste, resistem aspetos patrimoniais que devem merecer a maior atenção. Por outro lado, há a necessidade de valorizar outras facetas do património cultural de Alcobaça, mais especificamente o arqueológico, e de demonstrar que existe uma longa história antes de Cister, que merece um lugar de memória e cujo estudo e a fruição poderiam ser potenciados pela existência de um ícone patrimonial, como o é o mosteiro. Afinal, este constitui uma âncora que pode funcionar em dois sentidos: conferir vigor à diversidade patrimonial de Alcobaça ou, pela sua “omnipresença”, simplesmente submergi-la.

**Palavras-chave:** Mosteiro, património, valorização, diversidade.

### ABSTRACT

The monastery of Santa Maria de Alcobaça is the strongest physical and historical expression of a territory that, generally, we identify as the county of Alcobaça. However, in this territory between the Limestone Massif Estremenho and the Atlantic Ocean, man left a perennial set of marks, almost everything to explore, from the scientific point of view and, subsequently, in terms of cultural valorization.

Among these marks of man, the achievements of Cister, the agrarian landscape and the expressions of religiosity are evident. But, discreetly, underlie traces, in this case, of the universe of archeology, which insist on not revealing itself. Using some examples of works and historical contexts, essentially of accompaniments of constructions, it is intended to underline two



fundamental questions. On the one hand, the importance and the size of the Monastery of Santa Maria de Alcobaça can not be understood without a deep understanding of what was the exploration of the surrounding territory and, in this one, it is manifest a patrimonial aspect that deserve the greatest attention. On the other hand, there is a need to value other facets of the cultural heritage of Alcobaça, more specifically the archaeological one, and to demonstrate that there is a long history before Cister, which deserves a place of memory and whose study and enjoyment could be fostered by the existence of a patrimonial icon, such as the monastery is. After all, this is an anchor that can work in two ways : to give vigor to the diversity of assets of Alcobaça or, by its "omnipresence", simply submerge it.

**Key-words** : Monastery, heritage, cultural promotion, diversity.

## 1. Introdução

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça constitui parte indissociável de uma realidade patrimonial substancialmente mais vasta. Magnificante e omnipresente na pouco mais que modesta cidade por ele acolhida, este colosso arquitetónico, hoje como ontem, impõe-se, esmagando de forma quase brutal as expressões patrimoniais ditas menores do contexto territorial sem o qual, sublinhe-se a ironia, tamanha grandeza jamais existiria.

Hoje, como ontem, o comumente designado Mosteiro de Alcobaça assume um papel estruturante com profundos reflexos nas mentalidades e no pensamento político de todos aqueles que vivem à sua sombra. Esse papel é-lhe conferido pelo seu elevado valor simbólico e histórico, enquanto potentado religioso, económico e político de outrora, o que o converte num ícone turístico, talvez demasiado ícone, como se de o epicentro de um vórtice que tudo absorve se tratasse.

Descobrir o “navio” por detrás desta âncora implica sublinhar os fundamentos de tamanho estatuto, traduzíveis numa rica herança cultural predominantemente de origem cisterciense. Também importa sublinhar que, apesar da sua importância e dada a sua enorme dimensão física, o futuro do mosteiro passa por não o tomar de forma isolada. Impõe-se a valorização das pluralidades territoriais dos antigos Coutos de Alcobaça. Neste processo, o estudo, a conservação e a valorização da diversidade patrimonial, no âmbito de um plano estratégico interdisciplinar e interinstitucional e no qual o mosteiro é ponto de partida e de chegada, são condições essenciais para garantir a identificação e a transmissão de um vasto legado e para potenciar atividades económicas correlacionadas.

O III Forum sobre Património Natural, Etnográfico e arqueológico, promovido pelo IPT-CPH, permitiu evocar a necessidade da permanente reflexão sobre estas matérias, numa perspetiva técnica e científica, mas também no campo da promoção do território e dos benefícios socioeconómicos daí decorrentes.

## 2. Mosteiro de Alcobaça – uma questão de escala e de escolhas

O concelho de Alcobaça estende-se, de forma muito bem delimitada, entre a Serra de Candeeiros, a nascente, e a costa atlântica, a poente. A norte, confronta com os concelhos de Marinha Grande e Leiria. A sul, o concelho de Caldas da Rainha denuncia já o Oeste pleno.

Sujeito ao condicionalismo geográfico imposto pelo Maciço Calcário Estremenho, este território esteve arredado dos principais itinerários da antiguidade, que se processavam pela bacia



hidrográfica do Tejo. Não estava, porém, destituído de uma rede de vias que o integravam num contexto suprarregional. Refira-se, a título de exemplo, a “via oceânica” que, em época romana, ligava *Olisipo* a *Conimbriga*, passando por *Eburobrittium* (Gaeiras – Óbidos) e *Collipo* (S. Sebastião do Freixo – Batalha). Esta via permitia a ligação ao grande eixo norte/sul, a via *Olisipo – Bracara* (FIGUEIREDO, 1999, p. 132-136).

Com a chegada de Cister, no dealbar da nacionalidade, formou-se, nesta faixa territorial, um pequeno Estado dentro do Estado, os Coutos de Alcobaça. À sua cabeça, a poderosa Abadia cisterciense. Após a extinção das ordens religiosas, a sede civil manteve a centralidade definida por aquela.

O Mosteiro de Alcobaça tem sido considerado, e bem, uma âncora para o desenvolvimento da região. Além do seu inegável valor histórico e artístico, profusamente estudado, vários motivos concorrem para o monumento ser a marca mais perene destas paragens.

Antes de mais, sobressai o contributo cúmplice da comunidade cisterciense na fundamentação de um Portugal soberano. De acordo com a Carta de Fundação da Abadia, datada de 8 de Abril de 1153, esta nasce de uma doação de D. Afonso Henriques a S. Bernardo de Claraval. Desde então e ao longo de quase sete séculos cistercienses, as relações de proteção mútua com a Coroa foram evidentes. Que melhor exemplo dessas relações do que o próprio ato de doação (BARBOSA; MOREIRA, 2006, p. 44), que teria tido lugar em troca do apoio à causa da independência? Recorde-se que Bernardo de Claraval era, à época, a cabeça de uma ordem que detinha numerosas abadias que lhe conferiam um imenso poder económico e político. O apoio à soberania portuguesa viria a manifestar-se em vários momentos da história da nacionalidade, valendo à abadia reafirmadas benesses.

A presença dos túmulos de D. Pedro I e de Inês de Castro é outro dos motivos que dão um profundo significado histórico ao recinto monástico, decorrente da escolha deste para deposição dos túmulos e transformando-o no fiel guardião dos protagonistas do mais romanesco episódio da primeira dinastia. Aliás, a tragédia de Pedro e Inês há muito que passou além-fronteiras, como o testemunho o interesse longínquo de pintores russos. Além disso, os túmulos são duas das obras tumulares góticas do século XIV português mais bem conseguidas. O de D. Pedro apresenta uma delicada rosácea, na face superior, e passagens da vida de S. Bartolomeu, nas faces laterais. O túmulo de D. Inês apresenta, na face superior, Deus a presidir ao tribunal divino, nas faces laterais, expressivas e bem executadas cenas do novo testamento e, na face inferior, o Juízo Final. As estátuas jacentes, de ambos, encimam os túmulos. A qualidade escultórica destas peças é reconhecida, tendo sido determinante no processo de integração do mosteiro na lista de Património Mundial da UNESCO, em 1989.

À importância do monumento acresce o papel desempenhado pela casa de Alcobaça no fomento das atividades agrárias, na introdução de conhecimentos técnicos de hidráulica, secagem de pântanos e construção, na animação de atividades produtivas e comerciais, entre tantos outros domínios, dos quais beneficiaram esta e outras regiões. Aliás, a imagem de rica região agrícola deixada pela Abadia de Alcobaça ainda hoje perdura e identifica o concelho. Vejam-se, entre outros, o exemplo da marca “Maçã de Alcobaça” e os férteis campos da Maiorga e da Cela (vd. figura 1), outrora laguna navegável.



Figura 1. Campos da Cela, antiga Lagoa da Pederneira. Fonte: António Figueiredo, 2014.

De facto, reencontramos Cister em todo o território do atual concelho de Alcobaça e em parte dos concelhos vizinhos. As granjas ou quintas de sua pertença pontuaram o território. Algumas, como Vale de Ventos, a Casa do Monge Lagareiro e a Quinta do Vimeiro ainda têm expressão monumental. Outras, como a granja de Alqueidão da Serra, em Porto de Mós, pertencem ao campo de uma memória sem expressão visível do edificado, embora sejam tangíveis distintas marcas de cister, tais como o plantio sistemático de oliveira, nas áridas encostas da Serra de Candeeiros.

Na linha de costa em permanente mutação, os monges precipitaram o próprio curso da natureza. O território dos Coutos de Alcobaça era bordejado por duas extensas reentrâncias marinhas, as comumente designadas “Lagoa de Alfeizerão” e “Lagoa da Pederneira” (vd. figura 1). Manuel Vieira Natividade demonstrou, de forma pioneira e ainda atual, como estas lagunas, especialmente a da Pederneira, foram ocupadas, pelo menos, desde o Neolítico. Mais recentemente, vários autores retomaram a questão, adiantando um pouco mais sobre as motivações do povoamento destas orlas na Antiguidade (FIGUEIREDO, 1999: 161-167). Dos tempos da nacionalidade, abundam as referências às “lagoas”. Para além de Natividade, lembra-o Castelo-Branco (Castelo-Branco, 1975), socorrendo-se dos escritos de Jaime Cortesão e de Virgínia Rau. Dos portos de Alfeizerão, Pederneira e, no século XIII, outros possíveis na Maiorga e na Fervença, serviram-se intensamente os monges de Alcobaça. Mas o destino tendencial dos ambientes lagunares era para o assoreamento. Das mais diversas causas deste, destacam-se a sistemática desflorestação de encostas, por iniciativa da Abadia, e a consequente libertação de terras que eram arrastadas pelas chuvas, bem como a grande quantidade de areia do lastro dos navios, lançada à água quando os portos estavam ativos. Numa fase de fraca navegabilidade, trabalhos igualmente promovidos pela Abadia, designadamente pelo abade Frei Manuel de Mendonça (BONIFÁCIO, 1949, p. 361), levaram ao enxugo das baixas de Alfeizerão e do Valado, mediante a abertura de valas e o desvio de cursos de água.

Aliás, esta relação com a água, a capacidade de domesticação, o seu uso racional e matemático está bem patente naquele que é mais um dos traços de genialidade que contribuem para a expressão monumental do Mosteiro de Alcobaça, o seu sistema hidráulico. A sabedoria cisterciense sobressai, desde logo, pela escolha estratégica do local para edificação da Abadia, uma estreita língua de terra entre os rios Alcoa e Baça, a uma cota que permitiu construir um complexo sistema de canais de abastecimento. A água era conduzida a partir da captação no rio Alcoa, no lugar de Chiqueda, através da Levada, um canal de caudal considerável, e da conduta de água potável, de dimensões mais reduzidas. Chegadas ao mosteiro, estas condutas transformavam-se numa complexa rede de distribuição, com registos, controlos, sistemas de retenção, armazenagem, elevação e drenagem. Este sistema hidráulico supria as necessidades de consumo para alimentação, banhos, atividades artesanais, limpeza, força motriz, rega, evacuação de águas sujas e esgotos e, não menos importante, para o próprio lazer, testemunhado pelas bicas e fontanários que se multiplicam pelo espaço monástico (TAVARES, 2004). A genialidade sobressai no engenho do sistema, na hierarquização do uso das águas, no seu transporte, no caso da água potável, ao longo de mais de dois quilómetros, com uma inclinação mínima digna da engenharia moderna.

Tudo isto perderia coesão sem o monumento em si mesmo. Ora, ao contrário da larga maioria das restantes abadias cistercienses, Alcobaça apresenta um elevado grau de conservação. Permite-nos, apesar das transformações que foi sofrendo, usufruir de um belíssimo monumento gótico no qual a filosofia de vida cisterciense, despojada e austera, ainda é perceptível. Ao longo dos séculos, o monumento foi crescendo, ampliando-se e sacrificando fases de construção anteriores. Trabalhos arqueológicos desenvolvidos entre 2005 e 2011 permitiram constatar a presença de paredes adossadas a estruturas mais antigas, o rompimento de paredes pré-existentes ou de vãos, a supressão de vãos e a sobreposição de pavimentos, numa sucessão de reconversões espaciais que traduz uma utilização com cronologias e motivações complexas e que demonstram que a história do monumento merece sempre ser revisitada.

Assim, história, túmulos, sistema hidráulico e a escala do edificado, que faz da Abadia de Alcobaça a maior das que se conservam do mundo cisterciense, contribuíram para imprimir a marca mais recente do mosteiro, a de Património Mundial, reforçando o seu potencial polarizador de uma rica herança cultural.

Este colosso vivia de um complexo sistema económico, em íntima relação com o seu território. As múltiplas áreas de intervenção da comunidade monástica alimentavam-no e justificavam todo o seu espaço. Desmantelado esse universo, com a saída da comunidade monástica nos alvares da extinção das ordens, em 1834, o monumento teve direito a uma segunda vida. Nele funcionou a vila de Alcobaça dos séculos XIX e XX. Os seus múltiplos espaços albergaram serviços camarários, finanças, escolas, um asilo, militares, a biblioteca municipal e habitação privada. Nas últimas décadas, anos de esforço permitiram reunificar, sob uma só batuta, a propriedade do monumento. Para isso concorreram também outros serviços que se instalaram em locais funcionalmente mais adaptados.

Hoje, o monumento está uno, mas falho de recursos e de usos. Para além da igreja abacial, aberta ao culto católico e ao público, o mosteiro só é permeável a quem o queira visitar em alguns espaços, como a Sala dos Túmulos, a Sala do Capítulo, o Claustro do Silêncio e as dependências que o envolvem, entre as quais o Parlatório, o Dormitório, a Sala dos Monges, a Cozinha, o Refeitório e a Sala dos Reis. Os serviços administrativos e as salas de trabalho e de investigação funcionam na Ala Norte. Na Ala Sul, de recuperação recente, foi criada uma galeria de exposições ao nível do rés-do-chão e, no primeiro piso, os espaços estão ao serviço da paróquia.

Excluído de qualquer uso sistemático fica um espaço edificado e não edificado vasto, no qual se destacam o edifício nobre da biblioteca, a Capela do Desterro, Monumento Nacional inteiramente revestido com azulejos do século XVIII que retratam a “Fuga para o Egipto”, e uma extensa área aberta que inclui o Jardim do Obelisco. A recente concessão do chamado Claustro do Rachadouro, para a instalação de uma unidade hoteleira, poderá vir a colmatar algumas das dificuldades sentidas pela tutela para garantir a conservação do conjunto monumental.

Parece, pois, que o início deste novo milénio anuncia um renovado interesse por este legado, tendo o próprio município promovido a requalificação da envolvente. No entanto, pode o expectável uso mais alargado do monumento, só por si, ser suficiente à sua sobrevivência ou, pelo contrário, deve ser equacionada uma estratégia de valorização patrimonial integrada que passe os limites do edificado e inclua o território correlacionado? Afinal, pode esta pesada âncora dispensar o navio que a sustentou durante séculos?

### 3. Um vasto património num território heterogéneo

Nos estudos que, desde finais do século XIX, se debruçaram sobre Alcobaça e nas intervenções públicas da última centúria, ao longo da qual o património de carácter histórico ganhou o estatuto de herança a preservar e a transmitir às gerações vindouras, é nítida a grande atenção prestada ao Mosteiro de Alcobaça, em detrimento de outras manifestações materiais de cultura pretérita. Exemplo dessa atenção muito focalizada encontra-se nos investimentos recorrentes na remodelação do Rossio, a atual Praça 25 de Abril, em frente ao mosteiro (NEVES, 2001). Ao longo do século XX e no dealbar do terceiro milénio, assumiu várias configurações, todas elas com o objetivo de dignificar o emblemático monumento. A mais recente data de 2005.

Uma exceção precoce a esta visão quase unidirecional dos saberes, dos poderes e da sociedade foi Manuel Vieira Natividade. De facto, este alcobacense de finais de oitocentos, debruçou-se amplamente sobre o mosteiro, mas foi igualmente pioneiro no estabelecimento da sua relação com o território, dando forma a uma interpretação abrangente. Natividade revelou a ampla riqueza do mundo cisterciense, mas também soube ir além da realidade recente da nacionalidade, demonstrando que, antes deste horizonte, milhares de anos de história tinham deixado as suas marcas bem vincadas nas terras dos coutos. Trouxe à luz do dia dezenas de ocupações paleolíticas e neolíticas, identificou testemunhos calcolíticos, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, localizou unidades de povoamento romanas e reconstituiu unidades de paisagem hoje desaparecidas, das quais se destaca a antiga Lagoa da Pederneira, oportunamente referida. Os seus trabalhos, ainda atuais, revelaram um património imóvel e móvel com ricas coleções arqueológicas, à espera de ser estudado com novas metodologias, conservado e valorizado. Em suma, Natividade demonstrou que o mosteiro ultrapassa a sua dimensão arquitetónica, espelhando-se num território de profusa diversidade patrimonial, inclusivamente anterior a Cister. Mais tarde, Eduíno Borges Garcia também mostraria o seu interesse por temáticas que não o mosteiro. Contribuiu com alguns importantes trabalhos para evidenciar as características do povoamento antigo em torno da antiga Lagoa da Pederneira e prestou particular atenção ao templo visigótico de S. Gião, no concelho de Nazaré, um dos mais bens conservados exemplos de templo cristão com iconostasis, na Península Ibérica.

É certo que as práticas mais sistemáticas de inventariação e de classificação de imóveis e o acompanhamento arqueológico de obras sugerem um interesse crescente pelo património. No entanto, não se tem passado muito além deste patamar inicial. No domínio do investimento, talvez pela parcimónia de recursos, o esforço dos decisores concentra-se, de forma recorrente, naquilo que se afigura mais perceptível: os grandes ícones, como os Mosteiros Património da Humanidade. De alguma forma, é uma opção compreensível.

No entanto, no caso de Alcobaça, para além da Abadia, existe um vasto legado que lhe confere consistência, mas também com significado intrínseco.

### 3.1. O património classificado e outros imóveis

O concelho de Alcobaça conta com vinte e três imóveis classificados, dos quais três na categoria de Monumento Nacional (MN), catorze como Imóvel de Interesse Público (IIP) ou Monumento de Interesse Público (MIP), um como Sítio de Interesse Público (SIP) e cinco na categoria de Imóvel de Interesse Municipal (IIM). A União de Freguesias de Alcobaça e Vestiaria, no berço da Abadia, concentra todos os MN, dois IIP e dois IIM. Alcobaça e algumas das freguesias mais próximas constituem o núcleo mais denso. Este facto prende-se com a área de influência mais direta do mosteiro e por Alcobaça ser um burgo monástico. Aqui, existe uma maior densidade de elementos patrimoniais conservados e meritórios de proteção, à luz dos critérios da época em que tiveram lugar as classificações.

Alfeizerão e São Martinho do Porto constituem um segundo núcleo. Em muitos aspetos, estas duas freguesias partilham o seu percurso histórico. De facto, pelo menos até ao século XVI, a Lagoa de Alfeizerão permitia a esta vila, atualmente a dois quilómetros da linha de costa, estar dotada de um porto que podia albergar oitenta navios de longo curso. No entanto, a importância crescente do porto de São Martinho, na centúria seguinte, indicia o assoreamento incidente sobre o de Alfeizerão. É, pois, sintomático que os elementos classificados em Alfeizerão, o castelo e o pelourinho manuelino, correspondam a um momento de maior prosperidade da povoação, como, de resto, acontece em São Martinho, onde os dois palacetes classificados constituem exemplos da próspera estância balnear que aqui se desenvolveu ao longo do século XX.

Outros aspetos, de carácter qualitativo, merecem uma maior atenção. Coz, apesar de contar apenas com a Igreja de Santa Maria classificada como IIP, engloba um contexto monástico cisterciense feminino em fase de redescoberta. Já em 2016, o município promoveu a abertura de um procedimento para elevar o monumento à categoria de MN, categoria amplamente justificada pelo acervo artístico do templo, no qual se destaca a azulejaria setecentista, a talha de estilo Joanino, os caixotões e o cadeiral do coro e, ainda, o trabalho de Josefa de Óbidos (vd. figuras 2 e 3). Coz confere ao concelho de Alcobaça o privilégio de ter dois mosteiros cistercienses, dos quais um dos femininos mais expressivos e ricos do país.



Figura 2. Igreja de Santa Maria de Coz, Painéis de azulejo com cenas da vida de S. Bernardo, na sacristia. Fonte: Fundo Municipal, 2014.



Figura 3. Igreja de Santa Maria de Coz, vista geral do coro. Fonte: Fundo Municipal, 2014.

Do ponto de vista temático, o património classificado é constituído por quatro grandes grupos: a arquitetura religiosa e outras estruturas correlacionadas, a arquitetura militar, os pelourinhos e a arquitetura civil de origem burguesa.

Todos os monumentos nacionais pertencem ao primeiro destes grupos: o Mosteiro de Alcobaça, a Capela do Desterro, a sul da igreja abacial, e, com o seu pórtico radiado de seis pontas e esfera armilar ao centro, de estilo manuelino, a Igreja Matriz da Vestiaria. Apenas esta é de classificação recente (1997).

Nas estruturas correlacionadas com a arquitetura religiosa incluímos, não pelas funções, mas sim pela natureza da propriedade, as grandes estruturas rurais do mosteiro (quintas ou granjas e lagares), das quais sobressaem a Casa do Monge Lagareiro, a Quinta de Vale de Ventos e a Quinta do Vimeiro, estas duas últimas, com processos de classificação caducados.

A arquitetura militar é constituída pelas ruínas de duas fortificações que valem, sobretudo, pelo potencial arqueológico que ainda encerram. O castelo de Alcobaça é fundamental para estabelecer uma cronologia clara que determine se a sua fundação é anterior à da própria nacionalidade. Chegou a ser morada de alguns abades e, nos primeiros tempos da Abadia, serviu de refúgio, nem sempre eficaz, aos monges que pretendiam resguardar-se das investidas sarracenas que ainda se fizeram sentir nos finais do século XII. O aparecimento de materiais datáveis de época romana sugere que outras ocupações antecederam a de época medieval. No caso de Alfeizerão, a maior incógnita reside na possível existência de níveis que confirmem uma ocupação islâmica e que especifiquem a importância daquela fortaleza portuária nessa e nas épocas precedentes. Em tempos de cristandade, pelos portos desta lagoa, exportavam-se madeiras para a construção naval e outras produções desenvolvidas sob a alçada da abadia.

Os pelourinhos de Alfeizerão, Aljubarrota, Alpedriz, Cela, Maiorga e Turquel constituem um grupo muito específico. A classificação de todos eles é determinada pelo Decreto 23 122, publicado no Diário do Governo 231 de 11 Outubro 1933. São testemunhos do tempo em que as vilas dos coutos cujas comunidades tinham frequentes conflitos com a Abadia, sempre empenhada em monopolizar meios de produção como moinhos e lagares, beneficiaram dos forais novos atribuídos por D. Manuel I.

Com exceção da Capela de S. Bento e do solar da Rua Dr. Brilhante, os imóveis de interesse municipal são a expressão da afirmação da burguesia em tempos pós-cistercienses, da segunda metade do século XIX e da primeira do século XX, responsável pelo desenvolvimento industrial, social e cultural da cidade em contexto não monástico. Entenda-se que a ascensão e o florescimento desta classe burguesa muito devem ao contexto precedente. De facto, após a fuga dos monges, o Estado tomou posse das extensas propriedades, retalhou-as e vendeu-as naquilo que terão sido autênticas oportunidades de negócio para os compradores.

Para um só concelho, o conjunto do património classificado é expressivo e revela quatro traços fundamentais do território: a presença e a importância da comunidade monástica cisterciense, a afirmação municipalista das vilas dos coutos, a situação estratégica das fortalezas costeiras e a expressão da burguesia contemporânea, permitindo-nos vislumbrar uma rica realidade histórica que ultrapassa os limites do monumento Abadia *tout court*.

Ainda assim, o património classificado é apenas uma amostragem da diversidade do edificado merecedor de proteção e qualitativa e quantitativamente significativo, no domínio do valor simbólico, histórico e artístico. Na área do concelho, por iniciativa do município, foi registado mais de um milhar de imóveis, dos quais se destacam cerca de centena e meia. Destes, a exemplo do património classificado, existe uma maior incidência de imóveis de sublinhado interesse na cidade de Alcobaça e nas freguesias da sua periferia imediata. Para além dos edifícios setecentistas, alguns associáveis à presença monástica, entre os quais celeiros e ermidas, evidencia-se, na cidade, um conjunto de palacetes de período tardo-romântico que, a partir da segunda metade do século XIX, exprimiram a já referida ascensão da burguesia. Assim,

o pós-cisterciense colhe a sua forte expressão à custa do legado do período precedente, sendo-lhe, por esta via, indissociável.

Um segundo núcleo é definido por São Martinho do Porto, o que, mais uma vez, encontra justificação no grande protagonismo da vila enquanto estância balnear que viu erguerem-se, ao longo do século XX, numerosos palacetes.

Os edifícios de carácter industrial, marca do dinamismo contemporâneo alcobacense, também ganham expressão no atual edifício da Biblioteca Municipal, antiga Fábrica da Alimentícia, e na central hidroelétrica da fábrica de fiação e tecidos.

Do concelho, pelo seu valor histórico e artístico, merecem menção vários templos, como a Igreja de Santiago Maior, em Évora de Alcobaça, localizada no itinerário de um dos caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela.

Na sua globalidade, o património não classificado reforça a marca profunda da presença de Cister na região, mas também enfatiza a fase pós-cisterciense, abrindo uma porta à abordagem da contemporaneidade.

A todo este legado, acresce a existência, no concelho, de quatro núcleos históricos: Alcobaça, Aljubarrota, São Martinho do Porto e Coz, este último em fase de proposta. Por fim, à margem dos núcleos bem delimitados, existem unidades de paisagem onde meio ambiente e ação humana se entrelaçam intimamente, destacando-se, pela sua importância histórica, a Lagoa da Pederneira.

### 3.2. O património arqueológico

A realidade arqueológica do concelho oficialmente apreendida está longe de traduzir o potencial efetivo. Considerando as estações georreferenciadas pelo município e aquelas que se encontram mencionadas no Endovélico, centena e meia de sítios pontua o território. No entanto, as referências bibliográficas remetem-nos para múltiplos sítios cuja confirmação futura exige, em muitos casos, trabalhos arqueológicos que não se compadecem com a mera prospeção de superfície ou com a intervenção oportunística em função de acompanhamentos de obras. De resto, estes últimos são responsáveis pela identificação de muito dos sítios referenciados no Endovélico. Ora, estas identificações, se não devidamente consideradas na sua representatividade relativa, podem mesmo constituir uma imagem errónea da ocupação pretérita do território, isto, por dois motivos fundamentais. Por um lado, muitos dos sítios identificados traduzem ocorrências pouco significativas quantitativa e qualitativamente, podendo a frequência de ocorrências de Época Moderna e Contemporânea constituir uma “máscara” das ocupações anteriores. Por outro lado, os imperativos dos empreendimentos que propiciam os acompanhamentos arqueológicos não seguem uma lógica de investigação própria desta disciplina. Assim, o mapeamento dos vestígios identificados neste tipo de trabalhos não permite a identificação dos padrões de povoamento de facto, mas apenas das tendências que as áreas sobre as quais incidem os acompanhamentos revelam e que não são forçosamente as mais significativas. Neste sentido, apesar da preciosa informação decorrente dos acompanhamentos arqueológicos, a leitura dos padrões de ocupação pretérita do espaço revela-se de forma mais eficaz na prospeção, naturalmente, mas também na leitura propiciada pelos achados fortuitos ou pelos trabalhos direcionados por problemáticas de carácter arqueológico. Nestes casos, sim, tendem a destacar-se os sítios mais expressivos para cada contexto histórico e em função do questionamento do investigador e não as ocorrências que são atravessadas por força das circunstâncias resultantes de obras.



Numa abordagem, ainda que breve, da realidade arqueológica, várias situações se destacam.

Alcobaça e algumas das freguesias mais próximas, Aljubarrota, Turquel e Évora, evidenciam-se, somando mais de 50% dos sítios identificados. A exemplo do património classificado, as razões que explicam este facto estão em relação directa com a presença cisterciense. Mas outras entram em linha de conta. A cidade de Alcobaça tem merecido o interesse de numerosos investigadores, motivado pela existência do mosteiro. Além disso, a presença deste último e do centro urbano que se desenvolveu à sua sombra são razões para que qualquer obra dê lugar à identificação de vestígios. Os sítios da freguesia refletem o mundo medieval e moderno cisterciense, com grande domínio de condutas daquele que foi o já referido sistema hidráulico.

Às restantes freguesias deste núcleo também corresponde uma maior concentração de interesses de investigação, por razões que nada têm de arbitrário. De facto, por aqui se desenvolvem corredores naturais de circulação que mereceram o continuado interesse de comunidades pré e proto-históricas. E foi isso mesmo que Manuel Vieira Natividade revelou, ao identificar dezenas de povoados, ocupações em gruta e de ar livre, designadamente no Vale da Ribeira do Mogo. Do ponto de vista arqueológico, também a influência da comunidade cisterciense é notória. No lugar de Chiqueda, onde a Ribeira do Mogo cede o lugar ao Alcoa, iniciam-se as captações de água da levada e da conduta de água potável, elementos basilares do sistema hidráulico da Abadia. Mas é nos edifícios classificados e em vias de classificação que deveremos procurar o testemunho mais expressivo de Cister, designadamente na Casa do Monge Lagareiro e na Quinta de Vale de Ventos, onde subsistem os níveis arqueológicos ainda por investigar.

Na região de Pataias, no norte do concelho, há motivos específicos para a existência de várias ocorrências. O povoado de Paredes da Vitória, sujeito à erosão costeira, assume, pela sua localização estratégica na linha de costa e pelo seu horizonte cronológico ao longo dos tempos da nacionalidade, uma importância de primeira ordem. Recorde-se que Paredes foi uma póvoa piscatória que recebeu foral de D. Manuel I. Na Lagoa de Pataias, foram constituídas três reservas estratigráficas puramente científicas, na medida em que o estudo dos depósitos lagunares permitirá reconstituir a flora, os ciclos agrícolas e o clima pretéritos. A investigação futura poderá viabilizar a comparação entre períodos anteriores à presença cisterciense e os sete séculos da sua permanência na região. Por fim, os restantes sítios pertencem ao domínio da arqueologia industrial e refletem a exploração de minerais não metálicos e o fabrico de cal, de grande importância na economia local até meados do século XX. Os fornos de cal, alguns deles com elevado valor tipológico, enquadram-se perfeitamente numa dinâmica de valorização da memória da comunidade pataiense.

As freguesias que apresentam uma menor densidade de vestígios não são necessariamente de interesse mais reduzido. Na realidade, os sítios aqui identificados e a aptidão do seu potencial científico para responder a importantes questões deveriam merecer a maior atenção. Na freguesia de Vimeiro, é exemplo o povoado do Castelo, um sítio da Idade do Ferro romanizado que poderia lançar alguma luz sobre o incógnito povoamento do primeiro milénio a. C. na região. Além disso, após adequado estudo e proteção, o acesso público permitiria alargar e diversificar a rede patrimonial/turística. O facto deste povoado se encontrar, do ponto de vista administrativo, repartido pelos concelhos de Alcobaça e de Caldas da Rainha propicia o desenvolvimento de um projeto intermunicipal, perfeitamente integrável nas tendências atuais do investimento em rede.

Alfeizerão, pelo seu antigo porto de mar e pela expressão dos seus sítios arqueológicos, tendo merecido o castelo e a envolvente a classificação de SIP, constitui um núcleo por explorar em todos os domínios. A existência de um extenso *vicus* por nós identificado em prospeção, no lugar

de Ramalheiras, e de uma necrópole romana, em Pedrógão, reforça esta perspetiva. Alfeizerão e S. Martinho eram portos que a Abadia usava assiduamente, mantendo um ativo fluxo comercial. Mas, em Alfeizerão, o interesse acrescido decorre mais do facto deste lugar ser um repositório de conhecimentos para os períodos anteriores à nacionalidade, sobre os quais são mais as fabulações do que os conhecimentos efetivos.

Aliás, a ausência de intervenções arqueológicas de fundo são uma constante em todo o concelho. Das poucas estações escavadas com alguma continuidade, conta-se com Parreitas (BARBOSA, 2008). Trata-se de uma *villa* (FIGUEIREDO, 1999, p. 121) com ocupações até ao século IV. Aqui existem, porém, indícios de ocupações do Calcolítico e da Idade do Ferro ainda não investigados.

Num cenário de uma ampla riqueza científica e patrimonial, mas com um grande *deficit* de investigação e valorização, Coz constitui um exemplo emergente.

É do lugar da Póvoa, nesta freguesia, um mosaico romano de razoáveis dimensões, com motivos geométricos e de inspiração marinha, em depósito no Museu Nacional de Arqueologia desde o início do século XX. Constituiria o piso de um dos compartimentos de uma *villa* datável dos séculos III/IV. No local do achado, conhecido pelo topónimo de Pedrógão, ainda se registam ocorrências de materiais de superfície desse período, justificando-se claramente um programa de sondagens arqueológicas que tracem o perfil desta importante ocupação. A proximidade da Lagoa da Pederneira explica, em boa parte, este assentamento romano, embora seja de crer que, através deste, também se compreendam muitas das estratégias de exploração do território à época, nomeadamente em relação com a *Collipo* romana, sede municipal desta região.

Mas é a presença do mosteiro cisterciense feminino e a atenção crescente que tem merecido que fazem de Coz uma rotura com o modelo de atenção centrado na Abadia de Alcobaça. Com a aquisição, por iniciativa do Município de Alcobaça, de várias parcelas do antigo recinto monástico, foi possível implementar um programa de estudo e de valorização do sítio que começa a dar os primeiros passos. Antigos claustros, as cercas, os arruamentos e o sistema hidráulico já deram sinais da sua presença. Na rua Afonso Barbosa, rasgada por entre as antigas estruturas do mosteiro, foram identificados compartimentos datáveis do século XVII (FIGUEIREDO, 2014). O seu estudo aguarda o dia em que uma alternativa viária viabilize a escavação. Na rua de Santa Rita, antiga Rua Direita, a demolição de estruturas incaracterísticas permitiu identificar a matriz da cerca monástica que delimitava o terreiro de acesso à igreja. A sua fundação serviu de base de assentamento a todas as construções posteriores a 1834, momento em que se inicia a ocupação laica do espaço (vd. figura 4). Além da identificação da cerca, a remoção dos elementos arquitetónicos atípicos permitiu reconstituir a área desse antigo terreiro (vd. figura 5), tal como este se encontraria no ocaso da ocupação monástica. Neste momento, Coz aguarda por uma oportunidade de sequência dos trabalhos, agora, em cotas negativas.



**Figura 4.** Mosteiro de Coz, vista geral, a partir de norte, da fundação da antiga cerca em confrontação com a rua de Santa Rita.  
**Fonte:** António Figueiredo, 2015.



Figura 5. Mosteiro de Coz, vista geral, a partir de sudoeste, do antigo terreiro do mosteiro. Fonte: António Figueiredo, 2016.

Em síntese, embora com uma forte matriz cisterciense, o património arqueológico conhecido revela-se heterogéneo e expressivo. No entanto, subsistem grandes limitações às intervenções de campo para lá da mera identificação de sítios. Por um lado, a parcimónia de recursos afetos à investigação e, por outro, a necessidade de acorrer de forma prioritária às necessidades impostas pela Abadia de Alcobaça não têm permitido sanar essas lacunas.

#### 4. Um novo processo de abordagem

O mosteiro, enquanto âncora, tem sido por nós entendido com um sentido duplo: aquilo que ele é atualmente, um monumento marcante que identifica e projeta a região, e aquilo que ele pode ser, na qualidade de elemento estruturante para o entendimento, a abordagem e a valorização de “todos os patrimónios”, na sua especificidade e nos domínios científico e da cultura em sentido lato. Entre o que é e o que pode ser esta âncora, impõe-se um novo processo de abordagem, no qual seja plenamente assumido que aquela que é uma arma identitária não prescinde do território que a fundamenta. O património cultural reflete-se como um precioso legado, a preservar e a transmitir, porque nele reside o que identifica e constrói a consciência de uma comunidade. Por outro lado, numa sociedade carente de soluções socioeconómicas, este mesmo património representa uma mais-valia com efeitos indutivos de desenvolvimento que requerem, porém, uma conquista de mercados tendo por base critérios de qualidade. Para o desenvolvimento de um projeto integrado de valorização patrimonial, as linhas de força que se impõem passam, desta forma, pelo desenvolvimento simultâneo e coerente da componente científica, da estruturação da promoção cultural e da mobilização de recursos institucionais e financeiros.

A componente científica compreende um leque de opções de custo significativo e continuado, nem sempre de fácil justificação junto dos decisores. No caso em análise, a imensidão do mundo cisterciense e a multiplicidade de sítios arqueológicos conhecidos e “suspeitos” denunciam um

grande vazio de conhecimentos. Das linhas de investigação que se impõe promover, destacam-se:

- a) as ocupações anteriores à Baixa Idade Média, explorando os corredores naturais de circulação de Aljubarrota e de Évora, focalizando a investigação nos povoados proto-históricos como o do Castelo, no Vimeiro, e reconstituindo a ocupação do espaço em torno dos desaparecidos ambientes lagunares;
- b) a integração de uma região individualizada pela Serra de Candeeiros nas estratégias de exploração suprarregional em tempos pré, proto-históricos e na Antiguidade;
- c) a organização cisterciense do território, bem como o reconhecimento da singularidade de cada granja e de cada manifestação local de religiosidade presente em capelas e ermidas. É evidente a importância dos monges de Alcobaça no fomento agrícola. Mas continua por caracterizar a volumosa e constante mão-de-obra especializada, de canteiros e dos mais variados artífices, que dependia das contínuas obras do mosteiro.

Em suma, a investigação histórica e afigura-se fundamental para reconstituir, de forma credível, as relações de solidariedade entre o mosteiro e o território, ao longo de sete séculos, e também para que as épocas precedentes tenham o legítimo lugar de memória. Não se explica também Cister pelas lógicas milenares de exploração territorial, designadamente no respeitante ao uso das antigas lagunas costeiras?

A par da redescoberta do passado, outras áreas científicas devem posicionar-se, designadamente ao nível da conservação e restauro do mosteiro e de outros monumentos e sítios entretanto intervencionados. A concretização de projetos de arquitetura deve, por regra, sujeitar-se aos princípios daquelas disciplinas e ao respeito pelas pré-existências evidenciadas pela investigação, precavendo ímpetos “reformistas” menos esclarecidos. Nestas ações de conservação e restauro incluem-se os projetos de valorização patrimonial que tornam cada elemento visitável, caso de sítios arqueológicos, ou suscetível de afetação a novas funções, designadamente sob a forma de unidades de alojamento e restauração, como poderão ser os casos das antigas quintas cistercienses de Vale de Ventos e Vimeiro, da Casa do Monge Lagareiro e de alguns celeiros.

O próprio mosteiro compreende espaço apto a acolher um alojamento multifacetado, palaciano, para segmentos turísticos sedentos de conforto, ou austero, seguindo uma filosofia monástica despojada que proporcione uma leitura sensitiva do monumento. Em paralelo, aponta-se para a necessidade de implantação de um programa museológico. Dentro de uma estratégia de intervenção integrada, um museu representaria o elemento aglutinador de toda a investigação, o espaço da sua partilha com os públicos e, para estes, o ponto de partida de abordagem do território. Prestam-se a essa função os claustros atualmente vedados ao público, onde alojamento e museu constituem vivências compatíveis. A concretização da componente científica resultaria numa produção credível para o desenvolvimento de projetos de valorização. A criação de oficinas de conservação e restauro e a domiciliação de um museu e de uma unidade de alojamento, devidamente coordenadas com o circuito de visita monumental e com os circuitos de visita territoriais “fora de portas”, motivariam a ocupação adequada de uma área considerável, nos claustros sem utilização.

Na estruturação da promoção cultural incluem-se todas as ações que visam potenciar, do ponto de vista turístico, os resultados da investigação e propiciar uma oferta de qualidade consistente que justifique estadias mais dilatadas. Do mosteiro monumental ao mosteiro enquanto espaço museológico, chegado a este, impõe-se a existência de ferramentas de interpretação do território que constituam convites à descoberta de circuitos locais e regionais, com elementos

visitáveis e suscetíveis de proporcionar momentos de fruição para gostos diferenciados, cruzando várias valências patrimoniais e de lazer: património cultural, natural, etnográfico e gastronómico, entre outros.

Centrando a atenção sobre o património cultural, vários eixos se evidenciam.

Um primeiro é constituído pelo “Corredor Patrimonial do Alcoa”, um extenso território que, a montante do mosteiro, tem como elementos estruturantes o sistema hidráulico cisterciense e o Vale da Ribeira do Mogo, este último, com um ecossistema específico e uma densa ocupação pré e proto-histórica. A jusante, ganham força a cidade e a paisagem arqueológica da Lagoa da Pederneira. A concretização deste corredor é hoje possível, não só pela diversidade patrimonial oportunamente referida, mas também porque, ao longo da última década e meia, a autarquia desenvolveu esforços no sentido de preservar o essencial do sistema hidráulico, através da aquisição de terrenos e de soluções de salvaguarda resultantes de acompanhamentos arqueológicos.

Um segundo corredor patrimonial, eminentemente cisterciense, é definido pelos dois mosteiros, Alcobaça e Coz, permitindo abarcar, neste conjunto, o vasto património artístico e paisagístico das envolventes de Alcobaça, Coz, Aljubarrota e Évora. Com os trabalhos de valorização do conjunto monástico de Coz, também este eixo pode ser uma realidade efetiva.

Um terceiro périplo de valorização patrimonial evidencia o mundo rural cisterciense, com as granjas e os celeiros nos lugares de Vimeiro, Vale de Ventos, Atája, entre outros, e as unidades de paisagem rurais e serranas, onde, neste último caso, o plantio sistemático de oliveira por iniciativa da Abadia permitiu a singularidade de tornar produtiva a agreste paisagem cársica.

As antigas lagoas costeiras, de Alfeizerão e Pederneira, constituem unidades de paisagem arqueológica ainda por evidenciar, requerendo a valorização dos sítios de referência, nomeadamente o conjunto de pequenas fortificações que asseguravam, ao longo de toda a Idade Média, a segurança das suas águas. Numa fase tardia, testemunham a mestria dos monges de Alcobaça em transformar pântanos em férteis várzeas. Neste caso, a ponte com elementos patrimoniais pré-cistercienses é estabelecida naturalmente e conta já com alguns sítios, caso da estação de Parreitas e da Igreja de S. Gião da Nazaré. Todo o restante universo patrimonial carece de atenção aprofundada.

Estes eixos apontam algumas de múltiplas possibilidades a explorar, conferindo consistência a uma “marca” cientificamente sustentada por trabalhos, muitos deles a promover de futuro, que não podem incidir apenas sobre o “Mosteiro – Património Mundial”, mas que nos devem remeter para os “Coutos e gentes de Alcobaça”.

Trata-se de um processo de abordagem complexo, multifacetado e nem sempre evidente, mas essencial à sustentabilidade do Mosteiro e do universo que lhe deu forma.

## 5. Conclusão

O Mosteiro de Alcobaça é, de facto, uma âncora e, em torno dele, gravita um universo patrimonial que, pelo contexto cronológico ou pela coincidência territorial, lhe é associável. Por outro lado, é hoje claro que o monumento “ícone”, só por si, não se basta para desenvolver uma dinâmica que lhe confira sustentabilidade e beneficie a comunidade e o conhecimento dos “outros” patrimónios que integram um todo.

Impõe-se uma nova abordagem na qual esta “âncora” deixe de ser um elemento isolado, tornando-se, pelo contrário, no motor da valorização de um imenso “navio”, propiciando o processo de investigação em domínios secundarizados, bem como o surgimento de atividades e serviços com maior distribuição territorial, reanimando produções tradicionais e, desta forma, gerando receitas que justificam o investimento continuado na valorização do monumento e do património associado.

Não se pretende que o património se torne diretamente rentável na sua função turística, mas sê-lo-á certamente pelos impactos sobre o território e o restante tecido económico. Rendibilizar o património em benefício da comunidade não é apenas uma forma de dinamização económica. É, acima de tudo, um caminho travesso para operar uma transformação de mentalidades, uma forma de, a longo prazo, fazer sobressair a razão mais profunda para preservar todo este legado: a de se tratar da memória das comunidades, dos traços que as identificam e que as posicionam num mundo global.

O “III Fórum sobre Património Natural, Etnográfico e Arqueológico, Na rota dos Mosteiros Património da Humanidade – Alcobaça, Batalha e Tomar: outros patrimónios a salvaguardar” constituiu uma oportunidade para uma reflexão centrada em Alcobaça e sublinhar que os grandes ícones patrimoniais constituem âncoras, mas que estas são indissociáveis dos territórios que lhes deram forma, seja no domínio do conhecimento científico, seja no campo da valorização patrimonial e das comunidades. Permitiu, por fim, recordar que, em torno destas âncoras, existem “outros” patrimónios merecedores de atenção, não “apenas” por encerrarem conhecimentos científicos ou por serem estruturantes na memória e na identidade, mas também por serem parte das soluções de futuro das comunidades.

## BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Pedro Gomes; MOREIRA, Maria da Luz - **Seiva Sagrada, a agricultura na região de Alcobaça, notas Históricas**. 1.ª ed. Alcobaça: Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça, 2006. ISBN 989-20-0189-3.

BARBOSA, Pedro Gomes (coor.) – **A região de Alcobaça na época romana. A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio)**. 1.ª ed. Alcobaça: Município de Alcobaça, Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. ISBN 978-972-99806-4-0.

BONIFÁCIO, Luís - Alfeizerão (notas históricas e arqueológicas). **Estremadura - Boletim da Junta de Província**. Lisboa, 1949, 2ª série, nº 22, p. 359-364.

CASTELO-BRANCO, Fernando - Os portos da enseada de S. Martinho e o seu tráfego através dos tempos. **Anais da Academia Portuguesa da História**. Lisboa, 1975, II série, vol. 23, tomo I, p. 258 – 282.

FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira - **Padrões de povoamento antigo na Alta Estremadura – Da Idade do Ferro à Romanização**. 1999. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Acessível na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira; CARVALHO, Emanuel – **Mosteiro de Alcobaça. Colégio da Conceição. Relatório de Acompanhamento Arqueológico na Ala Sul do Colégio da Conceição**. 2013. Relatório de trabalhos arqueológicos. Acessível na Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal.



FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira; CARVALHO, Emanuel - **Mosteiro de Alcobaça. Claustro do Silêncio. Relatório de Sondagens Arqueológicas e de Acompanhamento das Obras de Recuperação do Claustro do Silêncio.** 2014. Relatório de trabalhos arqueológicos. Acessível na Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal.

FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira – Cós: resgatar ao limbo um mosteiro e uma comunidade. Primeiros apontamentos. In **Cadernos de Estudos Leirienses**. Leiria: Textiverso, 2014. ISBN 978-989-8044-92-1. 2, P. 61-76.

FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira – **Mosteiro de Coz. Relatório de Acompanhamento Arqueológico da Valorização do Espaço Monástico em área de propriedade municipal em Coz – demolição de edifícios (fase 1).** 2016. Relatório de trabalhos arqueológicos. Acessível na Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal.

GOMES, Saul António (coor.) – **500 anos da Outorga dos Forais do Concelho de Alcobaça por D. Manuel I.** Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, 2016, ISBN 978-989-99473-3-7.

NEVES, Manuela – **Alcobaça: Rossio 1820-1936.** Alcobaça: Carpe Diem, 2001, ISBN 972-95689-6-0.

TAVARES, José Pedro – Hidráulica Monástica Cisterciense em Alcobaça. In I JORNADAS DE PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA DO LITORAL CENTRO, 2001 – **Estremadura Arqueológica.** Leiria: OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, Câmara Municipal de Porto de Mós, 2004. P. 91-144.

## DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – Endovélico. Pesquisa de Sítios Arqueológicos do concelho de Alcobaça. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 30 de Setembro de 2016] Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>>

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – Pesquisa de de Património Classificado e em Vias de Classificação do concelho de Alcobaça. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 30 de Setembro de 2016] Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/result/?name=&situation=&catprot=&invtema=&type=&concelho=2893&records=10>>